ATA NÚMERO 02/2013

Aos **trinta e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e treze,** com início às quatorze horas, na Sala do Conselho Universitário, sito à Praça Sete de Julho, 180, realizou-se sessão ordinária do Conselho Universitário - CONSUN da Universidade Federal de Pelotas, convocada e presidida pelo Professor **Mauro Augusto Burkert Del Pino**, Magnífico Reitor, com a participação dos seguintes conselheiros: **Carlos Rogério Mauch,** Vice-Reitor, **Antonio Carlos de Freitas Cleff**, Pró-Reitor de Administração; **Fabiane Tejada da Silveira**, Pró-Reitora de Graduação; **Denise Petrucci Gigante**, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; **Gilberto Loguércio Collares,** Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento; **Antonio Carlos Martins da Cruz**, Pró-Reitor de Extensão e Cultura; **Carlos Antonio Pereira Campani**, Pró-Reitor de Assuntos Estudantis; **Alvaro Luiz Moreira Hypólito,** Pró-Reitor de Gestão de Recursos Humanos; **Gilson Simões Porciúncula**, Pró-Reitor de Infraestrutura; **Eduardo Gonçalves Xavier**, No exercício da Direção da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel; **Marco Aurélio Romeu Fernandes**, no exercício da Direção da Faculdade de Direito; **Adriana Etges**, no exercício da Direção da Faculdade de Odontologia; **Éverton Fagonde da Silva,** no exercício da Direção da Faculdade de Veterinária; **Edar da Silva Añaña,** Diretor da Faculdade de Administração e Turismo; **Lúcia Maria Vaz Peres**, Diretora da Faculdade de Educação; **Gladis Aver Ribeiro**, Diretora do Instituto de Biologia, **Sidney Gonçalves Vieira,** Diretor do Instituto de Ciências Humanas; **Victor Paulo Barros Gonçalves**, Diretor do Instituto de Física e Matemática; **Álvaro Augusto Borba Barreto**, Diretor do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política; **Sérgio Luiz dos Santos Nascimento**, Diretor do Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos; **Luciane Prado Kantorski**, Diretora da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia; **Fabrício Pereira Harter,** no exercício da Direção da Faculdade de Meteorologia; **Antonio César Silveira Baptista da Silva**, Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; **Márcia Rúbia Duarte Buchweitz**, Diretora da Faculdade de Nutrição; **Paulo Ricardo Silveira Borges,** Diretor do Centro de Letras e Comunicação; **Thiago Veiras Colares**, no exercício da Direção do Centro de Desenvolvimento Tecnológico; **Carlos Antonio da Costa Tillmann**, Diretor do Centro das Engenharias; **Jabr Hussein Deeb Haj Omar**, Diretor do Centro de Integração do MERCOSUL; **Heloisa Helena Duval Azevedo**, Diretora do Centro de Educação a Distância; **Iná da Silva dos Santos,** representante dos Professores Titulares; **Paulo Bretanha Ribeiro,** representante dos Professores Titulares; **Álvaro Leonardi Ayala Filho**, representante dos Professores Associados; **Aluísio Jardim Dornellas de Barros**, representante dos Professores Associados; **Pedro Rodrigues Curi Hallal**, representante dos Professores Adjuntos; **Willian Silva Barros,** representante dos Professores Adjuntos; **Vanessa Caldeira Leite**, representante dos Professores Assistentes; **Elza Cristina Miranda da Cunha,** suplente da representante dos Professores Auxiliares; **Paulo Fernando do Couto Bispo,** representante dos Professores Auxiliares; **Márcia Foster Mesko**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Paulo Roberto Ferreira Júnior,** representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Flávio Fernando Demarco**, representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Elizabete Helbig,** representante do COCEPE; **José Luiz de Pellegrin,** representante do COCEPE; **Eduardo Algayer Osório,** representante Comunitário; **André Fehrenbach, Daniel Filizola, Denilson Lopes (suplente), Jonathan Silva, Bruno Martinelli (suplente), Maurício Pelegrini e Renan Martinez,** representantes discentes; **Ediane Sievers Acunha, Edimar Gonçalves Ribeiro, Gustavo Alves Andrade, Mara Lúcia Vasconcelos da Costa, Rosendo da Rosa Caetano, Vilson Borba Pinto e Willi Wetzel Jr.,** representantes dos Técnicos Administrativos. Não compareceram os conselheiros: **José Francisco Gomes Schild,** Diretor da Escola Superior de Educação Física; **Farid Butros Iunan Nader,** Diretor da Faculdade de Medicina; **Lauer Nunes dos Santos**, Diretor do Centro de Artes, que justificou sua ausência, por afastamento da

AT.

cidade; **Celeste dos Santos Pereira,** representante dos Professores Assistentes e **Carlos Mário Almeida dos Santos,** representante Comunitário. Constatada a existência de quorum, o senhor presidente iniciou a reunião dizendo que, em função do ocorrido na última reunião, havia recomposto o Conselho. Por não existência do quorum, conforme legislação vigente, havia refeito a pauta, pois não havia valido o que havia sido aprovado na anterior. Disse que estavam com duas reuniões agendadas para a presente data. Na primeira reunião, com a recomposição dos integrantes do Conselho, dariam conta da ordem do dia anteriormente proposta. Posteriormente a esta reunião, às dezesseis e trinta, seria iniciada uma reunião especial. Nessa sessão especial do Conselho seria proposta nova composição do Conselho, parra sua adequação. Dando início à primeira reunião, leu a ordem do dia, para aprovação. Colocada em apreciação, a ordem do dia foi aprovada por unanimidade. Item 01 – APROVAÇÃO DAS ATAS 04, 05, 07, 08 E 09/2012: Colocadas em votação, as atas foram aprovadas com abstenções. Item 2 – ORÇAMENTO 2013: O senhor presidente convidou o conselheiro Osório para apresentar o orçamento/2012. Este pediu desculpas por não ter enviado a planilha da reunião anterior como prometido. Iria se redimir até o final da presente reunião. A planilha que estaria apresentando a seguir, sobre orçamento, também estaria enviando por e-mail. A aprovação do orçamento se daria apenas em março. O orçamento de pessoal, o Governo garante. O orçamento de material fica bloqueado. Na realidade, estava sendo apresentado o Projeto de Lei Orçamentária, pois enquanto não fosse aprovado não seria considerado orçamento e sim Projeto de Lei. O orçamento de custeio foi de 1/12 e em fevereiro seria liberada a segunda parcela. O são geridos pelo Ministério de Planejamento. Funcionamento das Instituições, manutenção e serviços contínuos (água, luz, etc.). REUNI – apesar de ter acabado em 2012, ainda tem uma dotação. A diminuição do capital é em função do Projeto REUNI estar acabando. Estamos criando uma prevenção. O MEC transfere recursos para a Universidade e o orçamento vem junto. Os recursos só poderão ser utilizados se realmente tivermos a arrecadação. Terminada a explanação do conselheiro Osório, o senhor presidente abriu espaço para questionamentos. A conselheira Heloisa Azevedo da CEAD – Centro de Educação Aberta e a Distância - explicou que o nome do Programa é Universidade Aberta do Brasil, Programa de Fomento da CAPES, que financia os cursos de graduação, especialização e aperfeiçoamento. Os recursos de 2013 são R$ 2.100.000,00 que recebeu R$ 400.000,00em dezembro e R$ 1.700.000,00 em fevereiro. Sobre 2012, a planilha está sendo trabalhada e estava sendo repassada para o Prof. Brettas. A conselheira Luciane Kantorski disse que tinha curiosidade. A maioria do orçamento estava colocada em função do que havia sido executado. Queria saber sobre o que havia sido devolvido. O conselheiro Osório respondeu que no balanço iria aparecer tudo. Neste momento só estava tratando de orçamento. Variações dos valores do orçamento é que nos últimos anos teve o REUNI, que trouxe muitos recursos para a Universidade e mudaram a normalidade. O orçamento é produto de uma aplicação de matriz (número de alunos, cursos, PG, curso noturnos, etc.) em razão do tamanho e da qualidade do que faz. O conselheiro Antonio Baptista perguntou sobre o item de reestruturação. Sobre o valor de R$ 3.454.000,00, para manutenção, gostaria de ter esclarecido, pois com o fim do REUNI, teoricamente não teriam recursos, mas, ainda no ano anterior, vários processos que já tinham aprovação haviam ficado no caminho. Perguntou se ainda haveria orçamento para concluir as compras solicitadas. O conselheiro Osório respondeu que o recurso que havia vindo para o REUNI para capital era de R$ 7.424.000,00. Esse recurso perfaz 70% que a Universidade dispõe para o ano de 2013. Disse que ainda não haviam completado estudos a respeito do assunto. A servidora Kelly Romano, diretora da área de Material e Patrimônio, estava fazendo um levantamento dos pedidos que haviam entrado no ano anterior. Precisavam se apropriar com maior profundidade do assunto. Havia assuntos que precisavam de uma decisão administrativa, com cunho fortemente jurídico, como obras que estavam pedindo reajustes, que têm 25% de obras novas, que podem ser acrescidas ou obras de reforma, que podem ser acrescidos 50%. O recurso deverá ser parcimoniosamente cuidado, para que conseguissem fazer com que as obras novas não sofram solução de continuidade por um lado e de outra parte temos uma agenda que estamos pensando em discutir com os Diretores já a partir da primeira reunião que for definida,

pois temos uma série de situações absolutamente graves na Universidade. Principalmente situações de rede elétrica. Citou várias situações graves que estavam ocorrendo em diversos prédios nos vários campi da Universidade. Resumindo, disse que o orçamento deverá atender assuntos emergenciais. O conselheiro Flavio Demarco parabenizou a iniciativa do Pró-Reitor, permitindo que os conselheiros pudessem tomar pé da situação da Universidade. Perguntou se não havia condições de saber o que havia sido proposto inicialmente para 2012 e o final, para poder fazer uma projeção para 2013. O conselheiro Osório disse que poderia ser feito, mas o Governo tem um calendário da composição da Lei Orçamentária. Esse calendário coloca para a Universidade um prazo normalmente até julho/agosto, no limite do ano anterior, ao ano do orçamento. Significa dizer que a Universidade tem que se preparar, teoricamente, para fazer essa distribuição entre as ações, sendo que pessoal ela não toca, pois quem faz isso é o Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão. Na verdade, se aplica a matriz ANDIFES, manda um Comunica para a Universidade, dizendo que a Universidade tem de 24 a 48 horas para fazer a distribuição das despesas. O valor é definido pelo Governo e não pela Universidade. O orçamento é definido pelo Governo Federal e a única coisa que a Universidade faz é distribuir em ações e por elementos de despesa. Explicou que o manejo orçamentário perde a rigidez, tanto que pode usar diária para serviços de terceiros ou consumo. A única limitação que atualmente existe é que dos recursos de capital para custeio ou de custeio para capital, a Universidade não pode mexer sem autorização Federal. Temos, a despeito dessa rigidez, ela é relativa, pois o Governo oferece três datas para que a Universidade possa pedir remanejo de recursos entre capital e custeio. O orçamento atualmente é uma peça que tem como princípio a adequação à realidade Institucional, para que ele responda o melhor possível a ela. O conselheiro Alvaro Ayala também elogiou a iniciativa, pois esse era o primeiro passo para conhecerem a Universidade e disse que gostaria de ter a informação mais detalhada para que pudesse pensar no orçamento REUNI com maior cuidado, porque o REUNI foi um processo com grande montante de valores e gostaria de conhecer como foram utilizados esses recursos, até para planejarem com maior clareza como iriam disponibilizar os recursos restantes desse programa. O conselheiro Osório disse que sempre há uma dúvida com relação à fidelidade dos dados, mas já estavam chegando a dados mais confiáveis com relação ao REUNI e também com relação ao acréscimo de pessoal, pois foi feito com o Governo um pacto que a adesão ao REUNI teríamos um acréscimo maior de área física, como de pessoal. Disse que no momento já tinham condições de saber o que cada Unidade havia recebido dos recursos do REUNI. Em relação a obras, estavam levantando todas que haviam sido feitas e as que estavam em processo de construção. Existiam outras informações necessárias, que era o acréscimo de pessoal a partir do REUNI. Era necessário saber o quanto a Universidade havia crescido em termos de número de alunos, de docentes, de técnicos e em termos de área física e equipamentos, para laboratórios especialmente. Tinha dúvidas em respeito ao acréscimo de material bibliográfico. Comentou que os critérios deveriam ser de conhecimento de todos. Trariam ao Conselho e à comunidade, como um todo, essas informações. O conselheiro Paulo Bretanha comentou que Unidades Acadêmicas passavam por dificuldades e qual seria o critério para cada Unidade sendo que os Diretores passavam por inúmeras dificuldades como compra de materiais, viagens, etc. Perguntou sobre a matriz de distribuição de recursos. O conselheiro Osório disse que iria trabalhar com a ideia de que matriz orçamentária é algo extremamente saudável. Essa Administração tem o compromisso inarredável de distribuir os recursos públicos, sejam eles quais forem, através de critérios públicos. Matriz representa um conjunto de critérios que devem, inclusive, ser pactuados entre Reitor e Diretores de Unidades, para que pudessem ter esses critérios e eles devem ser de conhecimento de todos e que possam ao longo do processo ir aperfeiçoando, pois não podem almejar ter de imediato uma matriz perfeita. Comentou que a Universidade recebe recursos a partir de uma matriz pactuada entre ANDIFES (Reitores) e Governo Federal. Seria natural que baixassem a matriz para a Universidade e procedessem de forma que os mesmos critérios que ocorrem com a distribuição do MEC para a Universidade e que estas deveriam fazer com as Unidades. Disse que a Universidade possui uma matriz de custeio, desenvolvida pelo Professor Zonta e entendia que, como a atual administração não tem

uma matriz pronta, que deveria ser usada esta que já está pronta, mas percebia que ela não poderia ser usada exatamente, porque não diferenciava o uso de materiais, por exemplo, de uma Unidade para outra. Comentou que o programa do Governo colocava pesos, percentuais em diferentes materiais. Então, por exemplo, para a Faculdade de Odontologia a matriz não é válida, porque sempre tem que ter orçamento suplementar. Então estavam discutindo para ver como melhor fazer e estariam fazendo esta distribuição com uma matriz que melhor trate a realidade da UFPel. O conselheiro Paulo Bretanha disse que estava satisfeito em saber que a Administração estava preocupada em construir essa matriz, estabelecer pesos, pois temos custos diferenciados nas Unidades, mas uma das questões complicadas que acreditava que teriam de lidar era qual o percentual da verba de custeio que seria distribuída por essa matriz. Enquanto estivera na Direção do IB, apenas seis por cento da verba de custeio era distribuída através dessa matriz. Seis por cento da verba de custeio do capital da Universidade eram repassados aos Diretores que gerenciam as atividades fins da Universidade. A grande questão era estabelecer os pesos e qual o percentual do custeio da Universidade Federal e isso este Conselho teria se debruçar sobre essa questão, para dar certa autonomia que é necessária por várias razões. Com uma autonomia financeira aos Diretores, estariam otimizando esses recursos. Estariam estabelecendo prioridades nas Unidades Acadêmicas, que não existe atualmente. O recurso é mínimo e muitas vezes se desperdiça, quando a Administração entende que deve fazer de certa forma diferente das necessidades das Unidades. Nessa questão tinham que focar nessa direção. O conselheiro Luiz Osório lembrou que as chamadas despesas contínuas, como vigilância, portaria, limpeza, telefonia (por exemplo), todas elas não são distribuídas para as Unidades, até por uma questão operacional. Evidentemente que todas essas coisas estavam em aberto e precisavam discutir. Era necessário que os Gestores das Unidades fizessem gestão sobre essas despesas, porque é quem consome os recursos da Universidade verdadeiramente. Se o Gestor da Unidade não sabe quanto custa a luz, a água, a vigilância, a portaria, a limpeza de sua Unidade, como ele irá fazer gestão? Não teria a menor possibilidade! O senhor presidente disse que a fala do conselheiro Bretanha era importante, porque queriam efetivamente transformar o debate sobre orçamento da UFPel em algo público e que consumisse o tempo de todos (professores, estudantes e técnico-administrativos). Essa ideia do Conselho de Gestão que iriam implementar, como órgão auxiliar, composto por representações das Unidades, para que conseguissem levar o debate até a sala de aula como processo pedagógico. A fala do conselheiro Osório era importante, no sentido de que todos deveriam saber seu lugar, como cidadãos acadêmicos, dentro do orçamento, porque todos consumiam o orçamento. Pelo fato de serem sujeitos por ativos em relação a isso, era fundamental que tivessem consciência disso e que esse fosse um processo educativo formador, inclusive, dos profissionais que sairiam da Universidade e seriam gestores de alguma forma e deveriam saber também como lidar com a coisa pública e especialmente com os recursos públicos. Era dever de todos enquanto gestores aplicar o mais corretamente e o mais positivamente os recursos públicos e queriam transformar esse debate em algo que realmente chamasse a atenção da comunidade e que dele saísse um processo pedagógico e que dele saísse a matriz mais adequada para ser implementada nas Unidades Acadêmicas. O conselheiro Sydnei Vieira, fazendo coro com os colegas que já haviam se manifestado, falou da importância de tratar o assunto no Conselho, por terem tido dificuldade enorme de tratar desses recursos, por ter desconhecimento. Não podemos repetir essa situação de solicitar relotação de recursos ainda que tenha uma matriz. Essa política de não executar e depois ir ao GR para implorar recursos. Devem voltar a "gerir" os recursos com responsabilidade. A conselheira Luciana Kantorski disse que ficou pensando na fala do conselheiro Bretanha e refez uma série de questionamentos. Na FE recursos para diárias e passagens não tem por acordo feito dentro da Unidade. Quando fez sua primeira fala, quis falar sobre apoio técnico para servidores. Via que a maior parte dos gestores têm limitações nessa área específica. Há uma dificuldade, por ser um conhecimento muito específico. Recurso pouco para a Unidade se não tem fluxo, pelos pregões, o recurso fica quase virtual. Existe um sistema burocratizado, ligado ao jurídico. Temos que melhorar a questão do fluxo para que o recurso destinado possa ser realmente utilizado. O conselheiro Osório disse que queria deixar aos

M.

Diretores que o valor de R$ 10.000,00 é para iniciar a trabalhar. Não temos muito impacto de compra no primeiro momento para que as Unidades não fiquem impossibilitadas de trabalhar. Vai apressar a matriz para que os Diretores saibam o que têm para gastar e poderem administrar. Precisamos empoderar os Diretores e o Conselho para discutir as questões mais complexas. Outra questão que parece importante é ter interface em cada Unidade para que possam fazer contato e conheçam o assunto e possam trabalhar com isso. O senhor presidente disse que com isso dava início ao debate sobre orçamento da UFPel. Nesse momento queria fazer menção de Portaria que havia sido emitida na semana, em relação ao luto pelas vítimas da tragédia de Santa Maria. Solicitou um minuto de silêncio por parte do Conselho. A seguir, passou ao **Item 2:** CLN e CAF – O conselheiro Carlos Mauch sugeriu o nome do Professor Alexandre Gastal,que já fazia parte da CLN anteriormente. O conselheiro Maurício apresentou o conselheiro Bruno Martinelli para compor a CLN. A conselheira Ediane Acunha disse que os técnico-administrativos mantinham seu nome como representante da categoria. O conselheiro Bretanha perguntou se a conselheira Ediane não detinha cargo de confiança da Administração ao que a conselheira respondeu que tinham o tratado na ASUFPEL que iriam defender a posição retirada das Assembléias. Sem mais indicações, foi colocada em votação as indicações feitas. Aprovado por maioria, com dois votos contrários. Para a CAF o conselheiro Carlos Mauch reforçou a palavra do senhor presidente, que foi compromisso da Administração respeitar as palavras da campanha. Sobre a CAF sugeriu o nome do Professor Sydnei Vieira. A representação discente indicou Maurício Pelegrini, do Curso de Enfermagem. Os técnico-administrativos indicaram o conselheiro Rosendo Caetano. Em não havendo manifestações e sugestões, foi colocada em votação a sugestão, que foi colocada em votação. Aprovada por unanimidade. **Item 3:** APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE NOVA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINSTRAÇÃO SUPERIOR: O senhor presidente disse que este item estava atrelado ao anterior, pois a proposta, após apresentada, seria encaminhada à CLN que, após análise, retornaria ao Conselho, para debate de toda a estrutura da UFPel. Disse que em relação ao que havia sido enviado, havia duas alterações: uma em relação à PRG e à Auditoria Interna, que o TCU sugeriu que esta ficasse atrelada ao Conselho Universitário. Convidou o Pró-Reitor Substituto de Assuntos Estudantis, Carlos Campani, para fazer a apresentação. Este disse que A PRAE, baseada no Panorama que havia em relação a Assuntos Estudantis, a discussão que foi feita pela Administração, encontrou a necessidade de na estrutura criar duas Coordenadorias e três Núcleos. As duas Coordenações seriam a de Política e Assuntos Estudantis, que será uma coordenação preocupada de estudar a política de uma forma mais ampla. A outra é a Coordenação de Integração Estudantil, que é um a coordenação que organizará os aspectos dos programas implantados pela Pró-Reitoria e os benefícios aos estudantes. Os Núcleos, que são as estruturas imediatamente abaixo das duas Coordenações seriam: Programas, Benefícios (ligados à Coord. Int. Estudantil) e Moradia Estudantil (diretamente ligado ao próprio Gabinete da Pró-Reitoria e ficaria responsável pela moradia estudantil e manutenção predial desta moradia). O senhor presidente disse que esta alteração estrutural não iria gerar ônus para a Universidade, pois as gratificações têm número finito e o Ministério não aumenta este número. Pretendem uniformizar, na medida do possível, todas as Coordenadorias com CD4 e Núcleos com FG1. Exceção em relação ao CD4 era em relação à Direção do Hospital Escola. A seguir, o conselheiro Antonio Carlos Cleff falou sobre a Pró-Reitoria Administrativa – Disse que com relação à PRA, em função das deliberações do MEC e Ministério do Planejamento, que limitam a estrutura das Instituições, estavam propondo a unificação de duas Pró-Reitorias existentes (PRIE e PRA) e estariam sob o nome de Pró-Reitoria Administrativa. Considerando que as atribuições da atual PRIE são necessárias e muito importantes para o andamento das atividades da Instituição, estavam criando a Pró-Reitoria de Infra-Estrutura Adjunta, que suas atividades compreenderiam a Coordenadoria de Gestão Ambiental, como também a Coordenadoria de Gestão de Manutenção (se responsabilizará por todos os serviços da Universidade e serviços de Portaria, Vigilância,Limpeza. Em torno de três mil pessoas estarão sob sua coordenação). Na parte administrativa propriamente dita, estavam propondo duas Coordenadorias: Coord. de Finanças e Contabilidade e Coord. de Material e

Patrimônio. O conselheiro Alvaro Ayala perguntou qual o significado da mudança de nome de Departamento para Coordenação. O senhor presidente respondeu que a ideia era de que pudessem efetivar um trabalho bastante articulado entre os integrantes da administração. Entendiam que o nível abaixo do Pró-Reitor deveria exercer um processo de coordenação dos integrantes da equipe no sentido de bem desenvolverem as tarefas propostas. A eles parecia mais adequado ao modelo de gestão que pretendiam desenvolver. Um modelo mais colaborativo diferente do modelo mais hierarquizado com chefias mais explícitas da forma como eram anteriormente. A ideia era de que fosse um trabalho articulado, colaborativo e coordenado através da pessoa que estará à frente dessa estrutura. O conselheiro Antonio Cruz disse que as Pró-Reitorias tinham diferentes denominações. Foi opção uniformizar esta nomenclatura. A conselheira Luciane Kantorski disse que tinha dúvida em relação à denominação de Pró-Reitoria Adjunta. O que sustentava esta visão. O senhor presidente respondeu que existia a PRIE e hoje havia criado cargos de confiança para Administração das Unidades. Existem oito CD2 para administradores. Antes era apenas uma (Vice-Reitor). Resolveram ocupar estes sete restantes com Pró-Reitores. Decidiram criar esta Pró-Reitoria Adjunta por conta das carências da UFPel. O conselheiro Pedro Curi perguntou se no final fariam uma discussão mais ampla sobre a estrutura como um todo, deixaria sua fala para o fim. O conselheiro Gilberto Colares apresentou a PR Planejamento e Desenvolvimento – Disse que haviam discutido e após apresentaram ao Conselho de Gestão, dentro de um grupo de trabalho que pudesse essa estrutura melhor representar aquilo que entendiam como tarefa da Pró-Reitoria de Planejamento. Uma das áreas que julgavam de bastante importância, e isso acreditava que todos pensavam da mesma forma, era a questão de espaços. Estava sendo proposto o Núcleo de Apoio à Gestão de Espaços, ligado diretamente ao Gabinete do Pró-Reitor,e que demandará todas as tarefas de poder melhor organizar os espaços na UFPel, em todos os campos, especialmente para as atividades fins, as atividades de ensino. Isso já estava sendo feito pela PROPLAN e eles acreditavam que deveria ter um destaque. Duas das outras coordenações são coordenações já existentes: A Coordenação de Orçamento fará a mesma coisa que já vinha fazendo e a outra é a Coordenação de Desenvolvimento Físico, que o pessoal da Engenharia e Arquitetura dá o suporte para os projetos e acompanhamento e a fiscalização, das obras novas e reformas feitas na UFPel. As outras duas Coordenações são: Planejamento e Desenvolvimento Institucional, que tratará do desenvolvimento verdadeiramente e especialmente do Plano de Desenvolvimento Institucional. Para esta Coordenadoria trouxeram o Núcleo de Informação e outro Núcleo de Projetos. Entendemos que a Pró-Reitoria deva dar um destaque para que a s informações que são dados colocados no nosso dia a dia devam ser transformadas em informação, para que sirvam a tudo que precisamos. Todos somos responsáveis pelo preenchimento de dados ao Ministério da Educação e esses preenchimentos precisam de dados confiáveis e para isso entenderam que precisam de ter um núcleo específico. CRA – Coordenação de Regulação. Onde o Procurador Institucional estava ligado diretamente ao GR. Na verdade, anteriormente, estava na PRPD e entenderam que isso deveria voltar a ser discutido pelo Planejamento. Logicamente com as interfaces necessárias que deva ter com a Graduação, Pesquisa e Extensão. A CRA tem dois Núcleos: Núcleo do Pesquisador Institucional e Núcleo de Acompanhamento de Cursos de Graduação, que dará suporte necessário aos cursos que estão sendo avaliados constantemente, quer seja para recredenciamento ou autorização. A conselheira Luciane Kantorski falou que antigamente a pessoa que fazia a função de Procurador Institucional ao mesmo tempo fazia a interlocução junto ao Fundo Nacional de Saúde ou mesmo ao Órgão que representa o Ministério, os projetos com o Ministério da Saúde em Porto Alegre, que é a DICON. Perguntou se isso iria ficar na CRA. O conselheiro Gilberto Collares respondeu que estas tarefas são do Procurador Institucional e a princípio permaneceriam. Disse que tratariam junto com quem precisa ser tratado para saber qual a melhor forma de gestão. Assumiram este compromisso e junto a esse grupo estariam essas tarefas. O conselheiro Maurício perguntou quem ficaria responsável pelo Núcleo de Espaços. Collares respondeu que o Arquiteto Fabio Schram ficaria responsável. O conselheiro Paulo Borges perguntou sobre o procedimento de trabalho que este profissional

deveria ter. A conselheira Fabiane Tejada respondeu para tranqüilizá-lo, dizendo que esta proposta havia sido colocada no início de sua gestão, por ter conhecimento do que acontecia anteriormente. O conselheiro Antonio Cruz disse que as Pró-Reitorias tinham diferentes denominações. Foi opção uniformizar esta nomenclatura. A conselheira Luciane Kantorski disse que tinha dúvida em relação à denominação de Pró-Reitoria Adjunta. O que sustentava esta visão. O senhor presidente respondeu que existia a PRIE e hoje havia criado cargos de confiança para Administração das Unidades. Existem oito CD2 para administradores. Antes era apenas uma (Vice-Reitor). Resolveram ocupar estes sete restantes com Pró-Reitores. Decidiram criar esta Pró-Reitoria Adjunta por conta das carências da UFPel. O conselheiro Pedro Curi perguntou se no final fariam uma discussão mais ampla deixaria sua fala para o fim. O conselheiro Gilberto Colares apresentou a PRPD – Uma das áreas que julgam bastante importante é a questão de espaço em todos os campos. Plano de Desenvolvimento Institucional para esta Coordenadoria trouxeram o núcleo de Gestão de ESpaços e de Projetos. Preenchimento de dados ao Ministério da Educação. CRA – Coordenadoria de Regulação. Interfaces com a Graduação, Pesquisa e Extensão. Dará suporte aos cursos que estão sendo avaliados constantemente. A conselheira Luciane perguntou se antes quem fazia a função de Procurador Institucional, isso iria ficar na CRA? O conselheiro Gilberto Collares respondeu que estas tarefas continuavam senda da Instituição e assumiram esta tarefa. O conselheiro Maurício Pelegrini perguntou quem ficaria responsável pelo Núcleo de Espaços. O conselheiro Gilberto Collares respondeu que o Arquiteto Fabio Schram ficaria responsável. O conselheiro Paulo Borges perguntou sobre o procedimento de trabalho que este profissional deveria ter. A conselheira Fabiane Tejada respondeu para tranqüilizá-lo, dizendo que esta proposta havia sido colocada no início de sua gestão, por ter conhecimento do que acontecia anteriormente. O senhor presidente disse que sua preocupação era principalmente qualificar nossos cursos de Graduação. Esse trabalho seria desenvolvido conjuntamente com a PRPD, PRG e Presidente do COCEPE (Vice-Reitor). O conselheiro Paulo parabenizou a iniciativa. O conselheiro Sydnei Vieira disse que tinha a mesma preocupação que o conselheiro Paulo. Definição das rotinas processuais são extremamente necessárias para fazer o gerenciamento destas rotinas. A conselheira Heloisa perguntou se a proposta seria votada como estava sendo dada ou seria colocada para discussão coletiva. O senhor presidente respondeu que era a proposta que a Administração acreditava ser a adequada para atender os compromissos já assumidos. A conselheira Fabiane Tejada relatou a <u>Pró-Reitoria de Graduação</u>: Disse que esta PR será composta por três Coordenações (Ensino e Currículo - para dar apoio aos cursos de Tecnólogos, Licenciaturas e Bacharelados – fazer a articulação com os Colegiados, coordenadores, professores e alunos e fazer toda a parte de Pedagogia Universitária com a continuada de avaliação dos cursos, acompanhamento avaliação dos processos de Projetos Político-Pedagógicos; acompanhamento, apoio de formulação e apoio para as avaliações dos Cursos via INEP). Núcleo dos Cursos de Tecnólogos; Núcleo Cursos Licenciatura e Núcleo de Cursos Bacharelado. Coordenação de Programas e Projetos – fazer uma articulação com os demais professores, para além dos coordenadores de cursos, mas também com professores e estudantes no sentido de trabalhar em função dos programas que são do MEC e já têm editais específicos . Trabalhar com projetos institucionais, como exemplo, os projetos de ensino. Estavam se propondo a melhorar a forma de preenchimento dos projetos; qualificá-los, como estão os projetos de pesquisa e extensão. Coordenação de Registros Acadêmicos – vai continuar exercendo as inúmeras funções de serviços notarial e registral de todo o serviço acadêmico da UFPel e além disso, uma grande iniciativa será estar trabalhando mais próximo das demais coordenações, com a coordenação de registros acadêmicos, pois até o momento o DRA vinha sendo só um serviço notarial e registral sem discutir mais próximo com os próprios projetos pedagógicos dos cursos, para discussão de adequação da forma de registros. Ligado ao Gabinete da Pró-Reitora – assessoria técnica (c/ técnicos em assuntos educacionais) para dar conta do acompanhamento dos processos que chegam à PR. O conselheiro Antonio Baptista ressaltou que as siglas ficaram iguais em alguns casos, como a Coordenação de Registros Acadêmicos e Coordenação de Regulação e Avaliação e deveria ser observado isso, para não

aconteceram futuras confusões. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – A conselheira Denise Gigante relatou que, fundamentalmente na PRPPG, a grande alteração feita foi: em Coordenação de Pós-Graduação; Coordenação de Pesquisa e Coordenação de Inovação Tecnológica. Existia a Agência de Gestão Tecnológica, que foi criada dentro da PRRRG e esteve ligada ao Gabinete e estava voltando à PRPPG, entendendo que a Inovação Tecnológica deva estar afinada com a pesquisa e com a pesquisa e com a política de PG na Universidade, entendendo que essas coordenações devem estar trabalhando juntas. É uma equipe da PR trabalhando com as três Coordenações. Núcleos: Essa Coordenação de Inovação Tecnológica tem dois Núcleos: Núcleo de Produção Intelectual e Patentes e Núcleo de Empreendedorismo e Incubação de Empresas. A Coordenação de PG também tem dois Núcleos: Núcleo de Pós-Graduação e Núcleo de Execução Orçamentária. A alteração que se faz nesse sentido era porque a parte de orçamento aparecia como uma Coordenadoria dentro da PR e entenderam que, fundamentalmente em relação ao recurso do PROAP era fundamental que ficasse diretamente ligado à PG. A Pesquisa, da mesma forma, é dividida em dois Núcleos: Núcleo de Apoio à Projetos e Núcleo de Iniciação Científica. PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA: O conselheiro Antonio Cruz falou que a proposta de rearranjo da PREC partiu basicamente da estrutura anterior. Agradeceu aos Professores José Pelegrin, João Brandalise e Gilberto Garcias pela transição tranqüila que tiveram possibilitando esta construção: As três coordenações com que estavam trabalhando derivaram dos dois Departamentos que existiam anteriormente. O Departamento de Arte e Cultura, automaticamente, se transformou em Coordenação de Arte e Cultura, encarregada de dar apoio às manifestações artísticas e culturais da Universidade e da comunidade externa; Coordenação de Desenvolvimento, Cooperação e Sustentabilidade e a Coordenação de Comunidade e Cidadania são dois desdobramentos do antigo Departamento de Extensão e Treinamento, que vão dar conta de duas áreas distintas que vinham sendo atendidas pelo antigo DEXT, mas com uma sobrecarga bastante grande do então Diretor, que vinha trabalhando nessas duas áreas de extensão. A Coordenação de Comunidade e Cidadania vai trabalhar mais nos projetos relacionados ao atendimento de grupos sociais, grupos de territórios específicos, relacionados a esses temas e a Coordenação de Desenvolvimento, Cooperação e Sustentabilidade vai trabalhar mais na área da relação da Universidade com as demandas dos diversos setores empresariais, micro e pequenas empresas, agricultua familiar, turismo, economia solidária. Enfim, que já era uma atividade que já vinha sendo desenvolvida também. Do ponto de vista do atendimento, especificamente do desenvolvimento da política de extensão, estavam trabalhando com a idéia de cinco núcleos, que estariam atendendo transversalmente as três coordenações. Três desses núcleos são especificamente dirigidos ao suporte aos professores, estudantes e extensionistas que são: Núcleo de Planejamento e Captação de Recursos; Núcleo de Apoio Técnico à Execução de Projetos e Núcleo de Avaliação e Controle Estatístico. Os outros dois Núcleos são: Núcleo de Assessoramento em Política de Extensão, que vai trabalhar forte na relação da PREC com as Unidades Acadêmicas, especialmente, auxiliando na formação e funcionamento das Câmaras de Extensão e do próprio Comitê de Extensão, que foi pensado também na gestão passada, de maneira que permitisse uma representação das Câmaras, de maneira que permitisse uma representação do Fórum Comunitário de Extensão, que estava previsto nos compromissos formulados durante o processo eleitoral do ano anterior de participação da comunidade na definição da política de extensão da Universidade e, finalmente, um Núcleo de Comunicação, que pretende trabalhar especificamente no processo de difusão das atividades de extensão da UFPel, que são muitas (900 ações cadastradas na PREC em 2012) e esse trabalho específico da difusão, de comunicar, de mostrar o que estaria sendo feito na extensão precisa também de um trabalho específico e especializado. PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS – O conselheiro Álvaro Hipólito relatou a nova estrutura. Disse que o antigo nome da Pró-Reitoria de Gestão de Recursos Humanos passaria nessa proposta para o nome de Gestão de Pessoas. Mantinha basicamente dois setores que já existiam: Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento de Pessoal, que tem como finalidade básica fazer a parte de formação, avaliação e capacitação referente à progressão de carreira docente e de técnico-administrativos;

Coordenadoria de Administração de Pessoal, que praticamente continua fazendo o que já era feito, que são as rotinas de todo setor de pessoal, envolvendo de folha de pagamento, aposentadoria e cadastro dos servidores, etc. A novidade seria a criação de uma Coordenadoria de Políticas de Pessoal, pois foi estabelecido pelo Ministério um quadro de professores equivalentes e quadro de referência, para os técnico-administrativos. De certa forma, dentro desse quadro estabelecido, a Universidade tem autonomia para gerenciar. Basicamente seria a idéia de ter uma Coordenadoria que tratasse do quadro de pessoal. Assessoria da Pró-Reitoria e Núcleo de Saúde e Qualidade de Vida (atividades referentes ao trabalho e condições de trabalho). A conselheira Luciane perguntou sobre a questão de Núcleo de Saúde e Qualidade de Vida, pois achava muito interessante saber do que, de fato, iria se ocupar esse núcleo. O senhor presidente respondeu que era um setor que entendiam como fundamental para que conseguissem contribuir para a qualidade da prestação de serviços, através da satisfação e da qualidade de vida dos servidores, tanto docentes, quanto técnico-administrativos. A idéia era que conseguissem compor uma situação de trabalho que fosse adequada às competências de cada um dos servidores e que tivessem também à disposição dos servidores as condições necessárias para que os serviços sejam bem prestados. A idéia era essa de que conseguissem, sob certos aspectos, desenvolver uma gestão de pessoas de tal forma, que elas inclusive conseguissem se colocar dentro do lugar mais adequado dentro do processo de trabalho coletivo, pois sabiam da expectativa que havia gerado a proposta de editais de relotação de pessoas e vinha nessa direção. Para isso era necessária uma articulação do serviço de Assistência Social, serviço de saúde, em seus diferentes aspectos, bem como a parte da própria administração de gestão de pessoas. A conselheira Luciane perguntou se o monitoramento de estágios probatórios estaria em qual Coordenação. O conselheiro Álvaro respondeu que ficaria na Coordenação de Planejamento e Desenvolvimento de Pessoal, que é onde estava todo o sistema de avaliação, capacitação, formação e de progressão de carreira, tanto de docentes, quanto de técnicos. A conselheira Adriana Etges disse que não havia conseguido visualizar bem as projeções, mas do que estivera acompanhando, achava muito interessante as modificações e proposições, mas acreditava que seria interessante uma padronização de todas, inclusive de terminologias, para que pudessem saber exatamente qual era a sequência do que ficariam as secretarias, assessorias junto mais ligado a que situação dentro das Pró-Reitorias a partir das secretarias pudessem surgir outros Núcleos, se houvesse necessidade, mas que pudessem ter uma sequência. O entendimento da relação de quem procurar a quem consultar, a quem se referia primeiro. Acreditava que uma sequência lógica de trabalho seria muito importante. Disse que gostaria de parabenizar, pois via que essa Pró-Reitoria de GP era uma preocupação muito importante, principalmente em relação à qualidade de vida. O senhor presidente disse que tinham acordo em relação à preocupação da conselheira e a idéia era orientar a comunidade através do sentido que queriam atribuir a cada uma das estruturas, equiparando-as no sentido de o que fazer dentro das Pró-Reitorias. Talvez devessem ter apresentado um organograma mais tradicional, mas queriam que os conselheiros tivessem a compreensão da coordenação. De fato, cada um deveria saber onde deveria procurar a solução para seus problemas, e iriam levar em consideração a sugestão da conselheira e procurar refazer algumas questões em função disso. O conselheiro Bruno disse que gostaria de obter esclarecimento com relação à PRAE, a quem se dirigiria para tratar do assunto de Auxílio Moradia. O senhor presidente respondeu que nesse caso deveria consultar o Núcleo de Benefícios, pois o Núcleo de Moradia Estudantil, que tem por objetivo atender as demandas da casa de Estudantes. Conselheiro Paulo Borges: Com relação à PRGP, a ele parecia que num primeiro momento, gestão de momentos, na verdade são relações de pessoas entre elas e seu ambiente de trabalho, com o Governo. Relações de recursos humanos dentro do ambiente de trabalho. É apenas uma questão de nomenclatura. A ele o termo Recursos Humanos era bem mais amplo no sentido administrativo de uma universidade. O senhor presidente esclareceu que esse debate ocorria muito fortemente dentro das áreas que discutem esse tema e as instituições estão adotando cada vez mais o termo "Gestão de Pessoas", no entendimento de que a terminologia "força de trabalho e recursos humanos", sob certos aspectos, não leva em conta todas as dimensões humanas, de forma omnilateral ou integral. A

idéia era justamente que pudessem se constituir, enquanto pessoas, integralmente em todos os momento em que estavam atuando como profissionais e não apenas servindo de forma parcial a um processo de produção que acabamos cooptando em determinados aspectos, de forma muito parcial. Na busca de uma integralização da nossa constituição humana, o termo "gestão de pessoas" tem se constituído como uma nomenclatura preferencial atualmente nas instituições. Nisso a UFPel estava acompanhando a terminologia. Estavam acompanhando essa compreensão da importância de estarem todos integralmente constituídos como pessoas no processo de trabalho. O conselheiro Paulo Borges concordou com a utilização do termo, após a explicação do senhor presidente. O conselheiro Sydnei Vieira pediu que fosse apresentado no site da UFPel e que fossem atualizado o site da UFPel e que fossem padronizados os nomes das Pró-Reitorias, pois algumas estavam com nomes desatualizados. O senhor presidente respondeu que tão logo o Conselho Universitário aprovasse a nova estrutura esta seria disponibilizada e feita a atualização. O conselheiro Carlos Tillmann pediu um esclarecimento se o setor de segurança do trabalho ficaria no mesmo Núcleo, pois a Universidade, por força de Lei, deveria ter um setor específico. Como docente, trabalhava na área de segurança do trabalho e se sentia frustrado em não ter esse setor que desse exemplo na nossa Instituição. Ressaltou que no Centro das Engenharias, existiam professores com especialização nessa área e estavam se pondo a disposição o trabalho desses docentes para que a Universidade se atualizasse uma série de ações, pois atualmente estava um passo atrás. O conselheiro Álvaro complementou uma informação que não havia passado anteriormente. Disse que a Coordenação de Políticas de Pessoal também ficaria com toda a parte de remoção, mobilidade interna e externa de pessoas, redistribuição, colaboração técnica e trocas com outras universidades. O senhor presidente disse ao conselheiro Carlos que agradecia a sugestão e iriam buscar informações, para melhor adequar o assunto ao organograma. A conselheira Heloísa Azevedo disse que sabia da existência do Núcleo do CEPED, ligado ao Gabinete do Vice-Reitor e não se sentia a vontade com a criação desse Núcleo naquele momento e não era questão de ser contra ou a favor do Núcleo. Acompanhava o trabalho do Professor Brettas e já havia pedido que fosse feita uma reunião coletiva, para conversarem sobre isso, pois isso implicava no futuro do CEAD. Essa era sua preocupação. Pedia que antes de ser votado esse assunto, fosse feita uma reunião com o coletivo do CEAD. O senhor presidente disse que não havia nenhum conflito entre um assunto e outro e a conselheira não deveria estar com informações corretas. Estavam propondo alterações bastante significativas no que dizia respeito à estrutura do Gabinete do Reitor. Na estrutura anterior, sob diversos aspectos, ela concentrava um conjunto bastante dispare de atividades diretamente junto ao Gabinete do Reitor. Existiam uma série de assessorias e atividades que, na sua compreensão, não estavam ali alocadas de forma adequada e procederam uma reorientação, já ali explicitadas por várias Pró-Reitorias, que passaram a receber atividades ou tarefas que anteriormente estavam vinculadas ao GR. Entenderam por fazer uma divisão de tarefas entre o GR e o GVR, para que pudessem dividir o trabalho e cada um cuidasse das especificidades daquilo que estivesse mais vinculado às suas atribuições regimentais. Ao GVR constituíram Coordenações que tratam das matérias pertinentes às tarefas do Vice-Reitor, portanto atividades de ensino e à pesquisa e extensão e vinculadas ao Gabinete do Reitor foram vinculadas atividades que diziam respeito às questões administrativas e ao mesmo tempo essas Coordenações, tanto vinculadas ao Reitor, quanto ao Vice-Reitor, são coordenações com atribuições transversais a todas as Pró-Reitorias. As questões específicas vinculadas a determinados temas estavam anteriormente vinculadas ao GR foram orientadas para a respectiva PR. Esta foi a matriz que orientou o debate que constituiu essa proposta e passaram a ter dois Gabinetes com uma única direção de Gabinete da Reitoria. A figura da Chefia de Gabinete estava na direção do Gabinete, que atende tanto ao Reitor, quanto ao Vice-Reitor. Vinculado à Direção do Gabinete da Reitoria estava a Secretaria dos Conselhos Superiores e mais abaixo estão duas outras instituições: Fundações Universitárias (FAU, FDMS e FSB) e a Ouvidoria Geral da UFPel, novidade que estavam instituindo. Junto ao GR estão: Coordenação de Convênios (já recebera aprovação de seu Regimento por esse Conselho no ano anterior e seria mantida conforme estava constituída no momento), Coordenação de Processos

Participativos (outra novidade que estava sendo implementada, que visa dar conta dos processos que iriam desenvolver com vistas à constituinte universitária, a questão do conselho de Gestão, a questão da participação da comunidade nas eleições das Unidades Acadêmicas. Todo o processo de participação e discussão que iriam desenvolver ao longo da gestão), Coordenação de Tecnologia da Informação (parte do CGIC atualmente), Coordenação de Comunicação Social, Coordenação de Relações Interinstitucionais (visa a criação de uma estrutura para estabelecer relações com as diferentes instituições governamentais e não governamentais que se relacionam com a Universidade), Coordenação de Relações Internacionais (vai absorver o DIPI e expandir as atribuições atuais do DIPI, visando estabelecer uma nova agilidade no que diz respeito às relações internacionais na lógica de atender todas as demandas da Universidade), Hospital Escola e a Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim e Assessoria do Reitor. No GVR estão: Núcleo Geral de Laboratórios (possibilitar uma política de laboratórios, não apenas dizendo respeito à manutenção, mas também de desenvolvimento de laboratórios), Coordenação de Bibliotecas e Coordenação de Processos de Seleção e Ingressos (Técnicos, Docentes, PAVE e SiSu); Coordenação Programas de Educação a Distância (novidade, pois existem vários Programas de Educação a Distância e a UAB é apenas uma das modalidades de EAD. Os outros programas que atualmente não obstaculizam e nem colidem com o CEAD, estariam sendo potencializados através do CPED que buscaria junto ao Governo do Estado, Governos Municipais e o próprio Governo Federal nas áreas de ensino, pesquisa e extensão e também no que diz respeito à possibilidade de oferta de tecnologias de educação a distância, para modalidade presencial. Essa é uma novidade que o CEPED irá propiciar a todos os cursos de graduação da UFPel, que é a tecnologia, disponibilizada através do NOODLE também para cursos presenciais. O CEPED irá gerenciar a possibilidade da nossa graduação na possibilidade do mundo virtual também); Coordenação da Palma; Livraria Editora e Gráfica; Assessoria do Vice-Reitor e Estruturas Autônomas, com constituição própria, Regimentalmente falando (CPA, PJ/AGU, CIS, CPPD, Comissão de Ética). Na Estrutura dos Conselhos Superiores está ligada a Auditoria Interna. O conselheiro Álvaro Barreto disse que tinha dúvida de situação hipotética sobre este modelo: Ex: um médico sem fronteiras se reportaria a que Coordenadoria? O senhor presidente respondeu que todos os convênios deveriam passar obrigatoriamente pela CC. O conselheiro William fez a sugestão de correção: os níveis hierárquicos da PR são do mesmo nível. Devem ser espalhados. O conselheiro Pedro Curi parabenizou pela apresentação da proposta. Disse que era um início. Sua única questão a ser levantada era o quanto a Administração estava esperando colaboração do Conselho. Acreditava que daria para enxugar bastante esta estrutura. Alguma coisa poderia ser deslocada para outro setor da Universidade e sair da Administração Central. O senhor presidente respondeu que o entendimento era de que a apresentação fosse um teste de como seria a administração. Haviam feito um grande debate no seu programa de gestão. Conjugar um olhar externo e observações dos conselheiros e pediu um voto de confiança para que a Administração fizesse a estruturação da forma como acreditava melhor para si. Se ao longo do tempo percebessem que uma dessas estruturas não estava desempenhando a proposta, seria alterada. A conselheira Lucia Peres parabenizou. Disse que o voto de confiança já tinham recebido quando foram eleitos. Não seria possível cada atitude da Administração ser analisada e debatida exaustivamente. Disse que estas estruturações para os Centros. Ninguém quer assumir mais cargos, para cuidar de suas carreiras. A UFPel é uma das únicas universidades que o Vice-Diretor não recebe gratificação. Disse que havia ficado muito bem impressionada. Sugeriu que alterassem as cores do organograma, pois a UFPel tem um logo com as cores azul, amarelo e laranja e havia recebido um organograma com outras cores e gostaria que o designer pensasse, pois isso é uma linguagem simbólica. A cor atual não condizia com a UFPel. O conselheiro Edar Añaña parabenizou a nova administração, por trazer um assunto desta magnitude para este nível de discussão. Na questão de Recursos Humanos, falou que nos anos oitenta estudou Gestão de Pessoas e depois, politicamente, o termo foi alterado para Recursos Humanos e atualmente retornaram à Gestão de Pessoas. Disse que pessoas não se gere, mas respeitava a opinião de quem sugeriu. Causou a ele um desconforto a replicação dos assuntos

interinstitucionais e relações internacionais. Se perguntava se essa Coordenadoria de Relações Interinstitucionais também não estaria lidando com Relações Internacionais. Outro desconforto que lhe causou foi a agregação da PRA com a PRIE. São duas PR com preocupações distintas e em prazos mais longos. A PRA trabalha com prazos m tempo real e a PRIE trabalha com prazos para ontem (apagando incêndio). Sugeriu a criação de uma assessoria de Infra-Estrutura ligada ao GR. O conselheiro Paulo Bretanha disse que gostaria de saber como seria implementada a Ouvidoria em sua estrutura e como funcionaria, entendendo que não poderia ser cargo de confiança do Reitor. [redacted] **Acreditava que o Vice-Reitor tem atribuições nobres na Universidade e o Centro da Palma deveria ser gerido por algum dos cursos de agrárias para não sobrecarregar a VR com essa incumbência.** O Vice-Reitor disse que a questão do Centro da Palma, no seu entendimento era um importante apoio ao processo ensino-aprendizagem. Naquele momento ele estava em uma situação muito difícil e entendiam que ele deveria atuar de fato como apoio à formação dos alunos, no aspecto do ensino de graduação e de pós-graduação. A vinculação dele à Vice-Reitoria era porque tinham o critério: todas as atividades que estavam vinculadas às chamadas Pró-Reitorias Acadêmicas, e que não eram especificamente delas, estavam vinculadas ao Presidente do COCEPE, que é o Vice-Reitor. Portanto, a biblioteca, a Palma, etc. Não era pelo fato do Vice Reitor ser Agrônomo, que por coincidência era, mas não era esse o motivo. O senhor presidente disse que a Ouvidoria terá autonomia e tratará das questões com transparência e quando necessário passará as informações também ao CONSUN. Disse ainda que no momento não possuia pessoal para "trabalhar" nessa Unidade. O conselheiro Paulo Bretanha disse que acreditava que deveria passar pelo CONSUN, por ser um setor muito delicado. O senhor presidente disse que com relação aos laboratórios queriam valorizar também os laboratórios como as bibliotecas. Primeiramente viram quem aportaria os recursos para esses órgãos, quais os utilizam e então também discutiram com as Unidades e a destinação dos recursos para elas. A idéia foi com a constituição de uma política de desenvolvimento desses laboratórios, sabendo que existe, com um estudo profundo, podiam fazer políticas para melhor desenvolvê-los. Programa de qualificação dos laboratórios existentes e criação de novos. O conselheiro Maurício Pelegrini disse que gostaria de saber sobre o que era a Coordenadoria de TI e também solicitou que fosse enviado o organograma completo com os Núcleos. O senhor presidente disse que a TI faria toda a exposição e desenvolvimento da rede, e manutenção de rede, além da adoção do acesso em todas as Unidades Acadêmicas com uma velocidade adequada para a qualificação dessa área. Disse que enviaria a todos com relação aos núcleos, inclusive com a especificação de cada uma delas. O conselheiro Antonio Cruz disse colaboraria com o esclarecimento Às questões dos conselheiros Pedro e Edar. Disse que o debate que haviam tido para dar solução a esse tipo de problema havia sido longo e exaustivo. Em uma primeira olhada acreditava que deveria ter havido uma comparação com organogramas anteriores para mostrar que nada havia sido tão modificado com relação ao GR. Não houve uma modificação muito grande. O que houve foi uma modificação de nomenclaturas e um nivelamento do status de várias estruturas. No eixo do Reitor o que havia de novo, de fato, era a Coordenação de Processos Participativos e a Coordenação de Relações de Processos Insterinstitucionais. Com relação ao GVR também, foi somente acrescentada a Coordenação de Bibliotecas, o Núcleo de Laboratório e de alguma forma a Coordenação de Programas de Educação a Distância (que já estava de alguma maneira presente no Organograma). O princípio fundamental que tentaram tratar foi de enxugar o máximo possível o GR, transferindo às Pró-Reitorias, o que poderia ser atendido por cada uma delas. Com relação ao GVR parece ser adequado ter a Coordenação de Bibliotecas e o Núcleo de Laboratórios, que deveriam ser atendidos pela Pró-Reitoria de Graduação, mas elas também atendem à Pós-Graduação, então essa idéia de ter essas estruturas no GVR, atendendo mais de uma Pró-Reitoria, coordenando a ação de mais de uma Pró-Reitoria pareceu adequado. Com relação às Coordenações de Relações Internacionais e de Interinstitucionais foi o resultado de um exaustivo debate na equipe de gestão. Essa solução foi proposta por dois elementos: existem primeiro: o processo de internacionalização das universidades é atualmente o segundo item na avaliação e no ranqueamento das universidades. Ou seja: universidades em primeiro lugar são

julgadas pelo nível, volume de produção científica e em segundo lugar pelo grau de internacionalização. Por outro lado, existe uma enorme demanda, especialmente pelo poder público e pela sociedade civil, da região mais do que qualquer outra coisa, por relações com a Universidade Federal de Pelotas. Esses dois tipos de relações obedecem a uma dinâmica e a uma legislação que são bastante diferenciadas. Convênios internacionais obedecem a uma dinâmica e legislação bastante diferenciada dos convênios nacionais. A solução que havia chegado era de que havia a necessidade dessa estrutura ser implementada e ver como ficaria. Com relação às transversalidades no entendimento da Administração foi garantida pelo fato de que essas relações deveriam passar pelas diversas Pró-Reitorias. O conselheiro Gustavo Andrade disse que a ele agradava o fato da Administração ter trazido ao Conselho essa apresentação com a proposta e valores das novas relações de trabalho do mundo contemporâneo e trabalho participativo. Disse preocupar-se com a questão das nomenclaturas propostas. Havaí uma isonomia nas nomenclaturas das Unidades Administrativas, mas quando transferiam para as Unidades Acadêmicas a isonomia se quebrava. Nas Unidades Administrativas o Coordenador perceberia CD4 e na Unidade Acadêmica era o Diretor que receberia essa figura e os Coordenadores de Cursos recebem FG. Isso poderia gerar algum tipo de problemas, pois cada CD e cada FG traz não só um valor pecuniar, mas uma idéia de complexibilidade daquela tarefa. Então nas Coordenadorias deveriam ser Diretorias, já que teria alguém com cargo de Direção, ocupando aquele espaço e imediatamente abaixo existissem Coordenadorias com as FG1. Essa era uma proposta a ser encaminhada à ANDIFES, de uniformização de nomenclaturas. O senhor presidente disse que para a Administração os Coordenadores recebem CD4 e os Diretores CD3 e os Coordenadores têm legislação específica para eles. Os Coordenadores de Curso recebiam gratificações diferentes e agora todos receberiam igualmente. O conselheiro Pedro Halal disse que o voto de confiança foi dado na eleição. O que estava sendo proposto era uma evolução. Ficou surpreso por ser muito semelhante à estrutura anterior. Preferia que fosse muito diferente. Algumas estruturas ficariam muito bem atendidas por uma ou duas Pró-Reitorias. A função do Reitor e Vice-Reitor era trabalhar em questões mais importantes. O conselheiro Álvaro Hypólito fez considerações sobre observações colocadas. Disse que temos uma instituição muito complexa e se quisessem enxugar alguma etapa, era impossível pela especificidade. A questão era muito mais operacional ou a questão de eliminar algum setor. As colocações eram bem vindas e as discussões teriam de ser aprofundadas, porém, tinham de ser ágeis. O senhor presidente perguntou se poderia reabrir as inscrições, pois alguns conselheiros estavam querendo se inscrever. A conselheira Luciane Kantorski disse que as pessoas deveriam ser ouvidas. O conselheiro Paulo disse que garantissem as que já estavam inscritas. O conselheiro Rosendo Caetano disse que era conselheiro novo e não tinha experiência e falaria sobre três pontos: 1°. A apresentação gráfica havia ficado muito boa, por ser inovadora. 2°. A coordenação de política de pessoal ligada à PRGP achava muito importante, em relação aos técnicos serem melhor utilizados. 3°. O grande avanço da Universidade e quem iria sentir eram os alunos em relação à Ouvidoria, pois no momento as reclamações dos alunos chegam tidas ao DRA. Falando como servidor: havia dois anos que trabalha na recepção do DRA e até o momento nunca havia sido questionado se correspondeu bem à FG4 que ganhava. Quem iria reclamar dos serviços prestados se não havia um setor diretamente ligado a essa questão? O conselheiro Paulo Borges disse que acreditava importantíssima a discussão e o intuito de todos era contribuir. Via a estrutura muito pesada em relação ao Reitor e Vice-Reitor. As atribuições do Reitor e Vice-Reitor já eram enormes e ficaram sobrecarregados. Muitos outros espaços foram criados sobrecarregando aqueles gabinetes. Havia uma falta de diálogo entre o DIPI, PRPPG, PREG e Colegiados. Questões que a transversalidade estava sendo construída no seu dia a dia. Não colocaria estas estruturas no GR e sim, criaria práticas para que as coisas acontecessem e a Universidade se desenvolva e cresça nas atividades acadêmicas. Essa Administração tem uma filosofia de administrar e essa estrutura passa por essa filosofia de colaboração, compartilhamento de atividades e tantas outras coisas, mas acreditava que havia ficado muito pesado essa estrutura nos Gabinetes do Reitor e Vice-Reitor. Muitas dessas divisões poderiam estar em outras Unidades. O conselheiro

Carlos Mauch disse que temos um histórico de centralização no Reitor e Vice-Reitor. A proposta foi de descentralizar as decisões. O Conselho será utilizado para ouvir as propostas e fazer as discussões, para tirar o peso dos ombros do Reitor. Não entendia o peso referido pelo conselheiro Paulo. A conselheira Luciane disse que a primeira sugestão era de que o organograma refletia uma relação hierárquica entre pontos de decisão e fluxos que iriam se estabelecer. Os órgãos Colegiados são superiores às pessoas. Dúvida do Conselho Diretor das Fundações: qual a relação do Conselho e da Direção de Gabinete da Reitoria? Outra dúvida: infra-estrutura: ex: incêndio fica na conta de quem? Mais uma questão: como seria feito o encaminhamento do organograma? Se tivesse que ser votado na reunião, ficaria insegura. Mesmo dando voto de confiança, sem conhecer melhor os desdobramentos da estrutura não poderia votar. O senhor presidente respondeu que o CONDIR é que tratava das verbas da Universidade. Todas as questões de execução estavam ligadas à Pró-Reitoria Administrativa e a PRIE, que é uma estrutura de ação. Em relação às demais questões, sem dúvida alguma, levaria em consideração todas as manifestações feitas. Retornaria ao Conselho o assunto. O conselheiro Jonathan questionou qual o número de assessores vinculados ao GR e do VR. Fez o seguinte encaminhamento: quando mandassem por e-mail a composição discriminassem quanto cada um receberia. O senhor presidente respondeu que existe um assessor do Reitor e um do VR. As gratificações seriam colocadas no organograma. A conselheira Heloisa disse que tinha duas dúvidas: 1ª. As Coordenações seriam indicadas ou eleitas? O CD igual à de Direção deveria ser eleito. 2ª. Quais os critérios para a escolha? Todos os cursos que envolvem educação a distância participariam da escolha? Teria acesso à discrição das atividades dos Núcleos? O senhor presidente respondeu que os CDs das Coordenações não eram o mesmo das Direções. Ele é inferior, pois é CD4 e das Direções são CD3. Somente seriam eleitos diretores de Unidades Acadêmicas e Coordenadores de Colegiados de Cursos de Graduação e Pós-Graduação.As demais direções são cargos de confiança do Reitor, o critério técnico, de adequação de competências e o critério político, com pessoas que tenham comprometimento com a proposta eleita. Sem mais a tratar, agradeceu a todos e deu por encerrada a reunião às dezoito horas e dez minutos do que para constar, eu Roseméri Gomes Gonçalves, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata que, depois de aprovada, foi igualmente assinada pelo senhor presidente.